

PROCESSO - A.I. Nº 233037.0145/03-0
RECORRENTE - ALMEIDA MARTINS COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 2ª JJF nº 0162-02/04
ORIGEM - INFAZ ITABERABA
INTERNET - 29.07.04

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0187-12/04

EMENTA: ICMS. 1. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. GASOLINA, ÁLCOOL E ÓLEO DIESEL. MERCADORIAS ENTRADAS NO ESTABELECIMENTO SEM DOCUMENTAÇÃO FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO: **a)** RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ICMS NORMAL; **b)** ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. O contribuinte é responsável pelo pagamento do imposto normal, devido pelo fornecedor, e pelo antecipado, relativo às mercadorias, sujeitas a substituição tributária, recebidas sem documentação fiscal. Exigências subsistentes em parte, após análise das provas documentais contidas nos autos. 2. LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS. EXIGÊNCIA DE MULTA. **a)** ENTRADA NO ESTABELECIMENTO DE MERCADORIAS, COM IMPOSTO ANTECIPADO, SEM O DEVIDO REGISTRO NA ESCRITA FISCAL. **b)** FALTA DE EXIBIÇÃO AO FISCO DO LIVRO DE MOVIMENTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS. Infrações subsistentes. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata o presente de Recurso Voluntário, impetrado contra a Decisão exarada pela 2ª JJF, através do Acórdão nº 0162-02/04.

O Auto de Infração foi lavrado para exigir imposto no total de R\$6.965,85, apurado através de levantamento quantitativo de estoque de gasolina, álcool hidratado e óleo diesel, decorrente da responsabilidade por solidariedade pela falta de recolhimento do imposto normal, devido pelo fornecedor, e do imposto por antecipação tributária, de responsabilidade do próprio autuado, devido nas aquisições desacompanhadas de documentação fiscal, além das multas nos valores de R\$90,00 e de R\$727,33, decorrentes, respectivamente, da falta de apresentação do LMC, quando regularmente intimado, e da entrada no estabelecimento de mercadorias não tributáveis sem o devido registro na escrita fiscal.

A D. 2ª Junta de Julgamento Fiscal, apreciando os argumentos da defendente, prolatou sua Decisão com base nos fundamentos a seguir transcritos:

“Da análise das razões de defesa, observo que o sujeito passivo só apresenta impugnação quanto ao levantamento quantitativo do estoque, procedido no período de 01/01/2003 a 15/10/2003, acatando as demais infrações. Assim, a lide se restringe à parte impugnada.

O autuante, em sua informação fiscal, acata as alegações da defesa relativas as notas fiscais 333 e 9.737 e rechaça as inerentes aos estoque finais, sob a justificativa que tais quantidades foram apuradas fisicamente em estoque, com o reconhecimento do próprio autuado (fl. 34).

Entendo correto o posicionamento do autuante, quando da sua informação fiscal, acatando e corrigindo os equívocos comprovados através de documentos fiscais, como também repelindo

as mudanças relativas aos estoques finais apurados fisicamente nos produtos diesel e gasolina, declarados pelo próprio autuado, conforme demonstrativos às fls. 28 a 36 dos autos.

Finalmente não ficou provado o argumento do autuado de que se trata de produtos com imposto pago antecipadamente, visto que não temos a origem ou procedência dos combustíveis, os quais foram adquiridos desacompanhados de documentação fiscal e, como tal, sem comprovação do recolhimento do tributo.

Do exposto, voto o Auto de Infração PROCEDENTE EM PARTE, no montante de R\$5.409,00, consoante demonstrativos às fls. 28 a 30 dos autos.”

Nas razões de Recurso Voluntário, o recorrente alega que as imprecisões das varas de medição acarretam pequenas variações nos quantitativos dos tanques, que não influem na base usada para mensurar o ICMS, que a contabilidade e o livro LMC, devidamente escriturados evidenciam descaber as multas formais impostas à empresa, porque possuem inquestionável força probante.

Alega que é falso o Fisco pretender mais uma vez cobrar o ICMS sobre mercadoria já tributada antecipadamente, que a juntada da cópia do LMC como elemento de prova atesta a sua existência, escrituração e apresentação ao Fisco, descabendo as penalidades impostas, pede a Improcedência da autuação.

A PGE/PROFIS, em Parecer de fl. 62, diz que o Recurso Voluntário apresentado traz os mesmos argumentos já expendidos na defesa inicial. Dentre eles as precariedades das medições, efetuadas pelo autuante, a existência de estoques registradas no LMC e que se tratam de operações sujeitas ao regime de substituição, onde não há mais imposto a recolher por ter a fase de tributação encerrada.

Que restou comprovado o cometimento das infrações e o contribuinte não apresenta qualquer documento ou articulação capazes de elidir as acusações. Opina pelo Não Provimento do Recurso Voluntário.

VOTO

Da análise dos elementos que compõem o presente PAF, se verifica que o recorrente só apresenta impugnação quanto ao levantamento quantitativo do estoque, procedido no período de 01/01/2003 a 15/10/2003, acatando as demais infrações. Dessa forma, o Recurso Voluntário se restringe apenas à apreciação da parte impugnada.

Foram acatadas pelo autuante, na informação fiscal, as alegações da defesa relativas às Notas Fiscais n^{os} 333 e 9.737 e rechaçadas as inerentes aos estoques finais, sob a justificativa que tais quantidades foram apuradas fisicamente em estoque, com o reconhecimento do próprio autuado (fl. 34).

De igual forma, entendemos correto o posicionamento corrigindo os equívocos comprovados através de documentos fiscais, como também repelindo as mudanças relativas aos estoques finais apurados fisicamente nos produtos diesel e gasolina, declarados pelo próprio autuado, conforme demonstrativos às fls. 28 a 36 dos autos.

Por outro lado, não restou provado o argumento do autuado de que se trata de produtos com imposto pago antecipadamente, visto que não temos a origem ou procedência dos combustíveis, os quais foram adquiridos desacompanhados de documentação fiscal e, como tal, sem comprovação do recolhimento do tributo.

De fato, o recorrente não apresenta qualquer documento ou articulações capazes de elidir as acusações, assim sendo, votamos pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração n.º **233037.0145/03-0**, lavrado contra **ALMEIDA MARTINS COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$4.591,67**, acrescido das multas de 60% sobre R\$1.283,06 e 70% sobre R\$3.308,61, previstas, respectivamente, no art. 42, II, “d”, e III, da Lei n.º 7.014/96, e demais acréscimos legais, além das multas nos valores de **R\$727,33**, com os respectivos acréscimos legais, e **R\$90,00** previstas, respectivamente, no art. 42, XX, “a”, e XI da Lei n.º 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de julho de 2004.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE

JOSÉ RAIMUNDO FERREIRA DOS SANTOS - RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA – REPR. DA PGE/PROFIS